

RECURSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

À Comissão de Licitação

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC – Administração Regional no Estado do Tocantins

Processo Nº **1169/2025**

LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Nº000012-25

Recorrente F A DOS SANTOS CNPJ 07.576.074/0001-10

I – DO CABIMENTO

Nos termos da Lei nº 14.133/21 (ou da Lei nº 8.666/93, caso aplicável ao certame), cabe interposição de recurso contra atos da Administração, em especial quanto ao julgamento das propostas apresentadas, motivo pelo qual o presente recurso é tempestivo e deve ser conhecido.

II – DOS FATOS

O recorrente tomou ciência do resultado da fase de julgamento das propostas, onde foi declarado vencedor o licitante PRAPEL COMERCIO DE PAPEL LTDA em relação aos itens Nº 03 (balão metalizado nº 9) e item 73 (papel paraná 190 gramas 100x95) e O & M MULTIVISÃO COMERCIAL LTDA EPP em relação aos itens Nº 91,92,93,94 (pincel para quadro branco cores diversas da marca PILOT) com preços muito abaixo dos praticados no mercado. O valor ofertado pelo concorrente é inexequível, visto que está consideravelmente inferior ao custo mínimo necessário para aquisição/fornecimento regular do produto o que coloca em risco a execução contratual e o interesse do **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC** conforme orçamento encaminhado em anexo.

III – DO DIREITO

A Lei nº 14.133/21, em seu art. 59, § 3º, dispõe que a Administração deve promover diligência sempre que identificar indícios de inexequibilidade, exigindo do licitante a comprovação da viabilidade da sua proposta.

Ainda, o art. 59, § 4º, estabelece que será desclassificada a proposta que não comprovar sua exequibilidade.

No caso em análise, o preço vencedor está abaixo do preço de mercado, conforme comprovam os documentos anexos

Tal situação demonstra a inviabilidade da execução pelo valor ofertado, configurando risco de descumprimento contratual, atrasos e até paralisação do fornecimento.

IV – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. Que seja acolhido o presente recurso, reconhecendo-se a inexecutabilidade da proposta apresentada pelo concorrente;
2. Que seja determinada a desclassificação da proposta do licitante em questão, nos termos da lei;
3. Caso a Comissão entenda necessário, que seja aberta diligência para que o concorrente comprove a viabilidade Nestes termos,

Pede deferimento.

F A DOS SANTOS

07.576.074/0001-10

Palmas-To 18.09.2025